



DEFENSOR PÚBLICO  
GERAL DO ESTADO

**André Luís Machado de Castro**

ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Denis de Oliveira Praça*

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Rodrigo Baptista Pacheco*

CHEFIA DE GABINETE  
*Paloma Araújo Lamego*

CORREGEDORA GERAL  
*Eliane Maria Barreiros Aina*

SUBCORREGEDOR GERAL  
*Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas*

ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL  
*Cristina Santos Ferreira*  
*Isabella Maria de Paula Borba*  
*Simone Maria Soares Mendes*

SECRETÁRIA-GERAL  
*Marcia Cristina Carvalho Fernandes*

ASSESSOR PARLAMENTAR  
*Francisco Messias Neto*

COORDENADORA DE MOVIMENTAÇÃO  
*Marcia Cristina do Amaral Gomes*

ASSESSORES DA COORDENAÇÃO  
*Eduardo Rodrigues de Castro*  
*Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo*

DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
*José Augusto Garcia de Sousa*

DIRETORA DE CAPACITAÇÃO  
*Adriana Silva de Brito*

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA  
*Maria de Fátima Abreu Marques Dourado*

OUVIDOR GERAL  
*Pedro Daniel Strozenberg*

SUBOUVIDOR GERAL  
*Odin Bonifacio Machado*

SUBCOORDENADORA DO CONCURSO  
*Márcia Cristina Carvalho Fernandes*

COORDENADORA DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO  
*Gabriela Varsano Cherem*

COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS  
*Daniella Capelleti Vitagliano*

COORDENADOR-GERAL DO INTERIOR  
*Marcelo Leão Alves*

COORDENADORA CÍVEL  
*Cíntia Regina Guedes*

SUBCOORDENADORA CÍVEL  
*Simone Haddad Lopes de Carvalho*

COORDENADOR DE DEFESA CRIMINAL  
*Emanuel Queiroz Rangel*

DEFENSORIA PÚBLICA

**www.dpge.rj.gov.br**

SUMÁRIO

Atos da Defensoria Pública-Geral .....	1
Avisos, Editais e Termos de Contratos.....	2

Atos da Defensoria Pública-Geral

ATOS DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

RESOLUÇÃO DPGE Nº 893 DE 29 DE AGOSTO DE 2017

REGULAMENTA O PROGRAMA DE  
RESIDÊNCIA JURÍDICA DA DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,  
INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO DPGE Nº 808,  
DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

O DEFENSOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Resolução DPGE nº 808, de 04 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Aprovar o Regulamento do Programa de Residência Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que acompanha a presente Resolução.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2017

**ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO**  
Defensor Público Geral

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DOS OBJETIVOS

**Art. 1º** - O Programa de Residência Jurídica objetiva proporcionar a bacharéis em Direito o conhecimento teórico e prático nas áreas de atuação da Defensoria Pública.

**Art. 2º** - A residência jurídica abrange atividades de ensino, pesquisa e extensão, sob a supervisão da Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica e com orientação acadêmica do Centro de Estudos Jurídicos, não ensejando vínculo empregatício com a Administração Pública.

DA ADMISSÃO

**Art. 3º** - Os alunos-residentes serão admitidos mediante exame de seleção, que consistirá em Prova discursiva e/ou objetiva.

**Art. 4º** - O exame de seleção será regido por edital publicado no Diário Oficial do Estado, no qual constarão o número de vagas oferecidas e o conteúdo programático das disciplinas avaliadas.

**§ 1º** - A Banca responsável pelo Exame de Seleção será designada por resolução do Defensor Público-Geral do Estado.

**§ 2º** - No preenchimento das vagas, será observado o disposto na Lei Estadual nº 6.067/2011 e na Lei Estadual nº 2.298/1994, que tratam da reserva de vagas para negros, índios e pessoas com deficiência que facultativamente declarem tal condição no momento da inscrição provisória.

**Art. 5º** - O aluno-residente que prestar novo concurso para assunção de vaga em Região diversa da que está atuando somente poderá permanecer no Programa, caso aprovado, pelo prazo restante até completar dois anos.

DAS ATIVIDADES

**Art. 6º** - Os alunos-residentes:

**a)** receberão orientações teóricas e práticas sobre as diversas áreas de atuação da Defensoria Pública, exercendo atividades de apoio aos Defensores Públicos do Estado, tais como atendimento aos usuários da instituição, pesquisas de legislação, doutrina, jurisprudência e elaboração de minutas de ofícios e petições;

**b)** assistirão a aulas e palestras.

**Parágrafo Único** - Os alunos-residentes serão designados para exercer suas atividades práticas nos órgãos de atuação da Defensoria Pública, conforme disponibilidade de vagas.

**Art. 7º** - Os alunos-residentes não poderão exercer atividades privativas de Defensor Público (Lei Complementar nº 80/94, art. 4º, §10).

**Art. 8º** - O aluno-residente deverá cumprir carga semanal de 28 (vinte e oito) horas, assim compreendida: 20 (vinte) horas de atividades práticas e, no mínimo, 8 (oito) horas de atividades teóricas.

**§1º** - O aluno-residente deverá enviar, até a data estabelecida pela Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica, folha de frequência referente às atividades práticas desenvolvidas, devidamente assinada pelo Defensor Público supervisor.

**§2** - A assiduidade do aluno-residente às aulas teóricas é considerada para efeito de pagamento da bolsa-auxílio, podendo ser descontadas proporcionalmente do valor, de acordo com a tabela anexa, as aulas não assistidas.

**§3º** - As atividades teóricas ocorrerão preferencialmente na forma de ensino à distância e serão definidas pelo Centro de Estudos Jurídicos, englobando conteúdo do curso regular da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública (FESUDEPERJ), disponível em sua plataforma online.

**§4º** - O aluno-residente terá até 60 (sessenta) dias para assistir as aulas teóricas, contados da data que forem disponibilizadas.

**Art. 9º** - Obterá o Certificado de Residência Jurídica, emitido pela Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica e pelo Centro de Estudos Jurídicos, o aluno-residente que permanecer no Programa por, no mínimo, 12 (doze) meses, com frequência regular e aproveitamento igual ou superior à nota 7 (sete).

**Art. 10** - O aluno-residente fará jus a bolsa-auxílio mensal no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) e auxílio transporte no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

**Art. 11** - O aluno-residente poderá permanecer no Programa por até 2 (dois) anos.

**Art. 12** - O recesso do aluno-residente será de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

**Art. 13** - Em caso de extinção do Programa, os alunos-residentes receberão a bolsa-auxílio, proporcionalmente, até a data fixada pelo Defensor Público-Geral do Estado para o encerramento das atividades, sendo então desligados.

DA AVALIAÇÃO

**Art. 14** - O aluno-residente apresentará à Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica relatório mensal de atividades, submetido previamente à avaliação do Defensor Público supervisor, que lhe atribuirá nota de 1 (um) a 10 (dez), apreciando os seguintes critérios:

I - interesse;  
II - aproveitamento;  
III - zelo;  
IV - disciplina.

DA REMOÇÃO

**Art. 15** - Na hipótese de vacância em órgão de atuação, a vaga correspondente será disponibilizada aos alunos-residentes em atuação na respectiva Região e preenchida de acordo com a ordem de classificação no concurso.

**Parágrafo Único** - Não havendo interessados, será convocado, observada a classificação no certame, o candidato aprovado constante da listagem de reserva de vaga.

**Art. 16** - O aluno-residente que for removido permanecerá em exercício no órgão de atuação até a expedição do ato de remoção.

**Art. 17** - A remoção de ofício se fará a critério da Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica, por conveniência de aprendizado e treinamento profissional ou em razão de necessidades e interesses institucionais.

DA PERMUTA

**Art. 18** - A permuta, salvo em casos excepcionais a critério da Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica, só poderá ser concedida após 6 (seis) meses de atividades no órgão para o qual foi originariamente designado o aluno-residente e deverá vir acompanhada da ciência prévia do Defensor Público supervisor.

**Art. 19** - Na hipótese de permuta, o aluno-residente deverá permanecer no Programa por, no mínimo, 3 (três) meses, sob pena de revogação do ato.

DA LICENÇA

**Art. 20** - Poderá o aluno-residente ausentar-se, sem que acarrete desconto na bolsa-auxílio, nos seguintes casos:

**I** - licença médica por um período máximo de 15 (quinze) dias corridos ou intercalados, a cada seis meses, desde que apresentado à Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica atestado médico, no qual conste o Código Internacional de Doenças (CID), bem como os dias de afastamento;

**II** - por 8 dias consecutivos, em razão do falecimento de cônjuge ou companheiro, de pai ou mãe, madrasta ou padrasto, irmão, filho ou enteado;

**III** - pelo dobro de dias de convocação, em virtude de requisição da Justiça Eleitoral durante o período de eleição;

**IV** - por 1 dia, para doação de sangue.

**§ 1º** - Na hipótese de licença médica por prazo superior a 15 dias, serão suspensas as atividades do aluno-residente, com a consequente suspensão do pagamento da bolsa-auxílio, até que retorne as suas atividades normais.

**§ 2º** - Nas hipóteses dos incisos II, III, IV, a comprovação será feita mediante entrega à Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica de documento próprio, conforme o caso.

**Art. 21** - O Programa de Residência Jurídica não está sujeito às normas do Regime Geral de Previdência Social.

DO DESLIGAMENTO

**Art. 22** - Serão desligados do Programa os alunos-residentes que:

**I** - não tiverem a frequência exigida nas atividades práticas e teóricas;

**II** - tiverem desempenho insuficiente;

**III** - tiverem conduta ou praticarem ato incompatível com o zelo e a disciplina e com o exercício de suas funções de modo geral;

**IV** - descumprirem o presente Regulamento e as demais normas que lhes sejam aplicáveis.

**Art. 23** - Será desligado o aluno-residente que, no período de 30 (trinta) dias, apresentar seis ou mais faltas não justificadas nas atividades práticas ou sofrer três descontos sucessivos em sua bolsa-auxílio por não cumprir a carga horária teórica.

**§ 1º** - O pedido de justificativa de ausência deverá ser apresentado à Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica, com os comprovantes respectivos.

**§ 2º** - Os dias de ausência não justificados serão descontados proporcionalmente no valor da bolsa-auxílio.

**Art. 24** - Considera-se insuficiente o desempenho do aluno-residente que:

**I** - em três meses consecutivos, apresentar avaliações com notas inferiores a 7 (sete);

**II** - em duas avaliações consecutivas, apresentar nota igual ou inferior a 4 (quatro).

**Art. 25** - As hipóteses dos incisos II, III e IV do art. 22 serão configuradas mediante declaração por escrito do Defensor Público supervisor, encaminhada à Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica que, observado o contraditório, decidirá pelo desligamento imediato do aluno-residente ou por seu aproveitamento sob a orientação de outro Defensor Público, conforme a gravidade da conduta.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 26** - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica.

ANEXO

VALORES A SEREM DESCONTADOS POR AULAS NÃO ASSISTIDAS		
% de aula não assistida	% de desconto	Valor
10%	2,8%	R\$ 33,60
20%	5,6%	R\$ 67,20
30%	8,4%	R\$ 100,80
40%	11,2%	R\$ 134,40
50%	14,0%	R\$ 168,00
60%	16,8%	R\$ 201,60
70%	19,6%	R\$ 235,20
80%	22,4%	R\$ 268,80
90%	25,2%	R\$ 302,40
100%	28,0%	R\$ 336,00

Id: 2054993

DE 29.08.2017

**APROVA** o Mapa de Movimentação/Tabela de Plantão Diurno e Noturno/Justiça Itinerante, referente ao mês de setembro de 2017, informando que o Mapa de Movimentação/Tabela de Plantão Diurno e Noturno/Justiça Itinerante estão disponíveis no site da Defensoria Pública do Estado ([www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br)) e que as eventuais alterações posteriores serão publicadas no Diário Oficial.

Id: 2054996

DE 30.08.2017

**ADMITE**, com validade a contar de 04 de setembro de 2017, na forma do respectivo Processo nº E-20/001/1690/2015, em conformidade com a Resolução DPGE nº 808, de 04.01.2016 e a Resolução DPGE nº 809, de 05.01.2016, o bacharel de Direito **JAIR LEMOS DE SA RAINHA**, em substituição à Jéssica de Moraes Primo, aprovada no 1º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA, realizado no dia 22.05.2016, o qual deverá atuar junto aos órgãos da Defensoria Pública, objeto de designação por parte da Coordenadora Geral de Estágio e Residência Jurídica, ciente de que deverá comparecer à Coordenação de Estágio e Residência Jurídica, situada na Avenida Marechal Câmara, nº 314, 3º andar, RJ, para assinatura do termo de posse.

Id: 2055000

DE 31.08.2017

**EXONERA**, com validade a contar de 04 de setembro de 2017, **POLLIANA ANDRADE E ALENCAR**, ID funcional nº 999800000 do cargo de Assessor Especial, Símbolo DG da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 2055159





DEFENSOR PÚBLICO  
GERAL DO ESTADO

**André Luís Machado de Castro**

## ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Denis de Oliveira Praça*

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Rodrigo Baptista Pacheco*

CHEFIA DE GABINETE  
*Paloma Araújo Lamego*

CORREGEDORA GERAL  
*Eliane Maria Barreiros Aina*

SUBCORREGEDOR GERAL  
*Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas*

ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL  
*Cristina Santos Ferreira*  
*Isabella Maria de Paula Borba*  
*Simone Maria Soares Mendes*

SECRETÁRIA-GERAL  
*Marcia Cristina Carvalho Fernandes*

ASSESSOR PARLAMENTAR  
*Francisco Messias Neto*

COORDENADORA DE MOVIMENTAÇÃO  
*Marcia Cristina do Amaral Gomes*

ASSESSORES DA COORDENAÇÃO  
*Eduardo Rodrigues de Castro*  
*Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo*

DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
*José Augusto Garcia de Sousa*

DIRETORA DE CAPACITAÇÃO  
*Adriana Silva de Brito*

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA  
*Maria de Fátima Abreu Marques Dourado*

OUVIDOR GERAL  
*Pedro Daniel Strozenberg*

SUBOUVIDOR GERAL  
*Odin Bonifacio Machado*

SUBCOORDENADORA DO CONCURSO  
*Márcia Cristina Carvalho Fernandes*

COORDENADORA DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O  
CIDADÃO  
*Gabriela Varsano Cherem*

COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS  
*Daniella Capelleti Vitagliano*

COORDENADOR-GERAL DO INTERIOR  
*Marcelo Leão Alves*

COORDENADORA CÍVEL  
*Cintia Regina Guedes*

SUBCOORDENADORA CÍVEL  
*Simone Haddad Lopes de Carvalho*

COORDENADOR DE DEFESA CRIMINAL  
*Emanuel Queiroz Rangel*

DEFENSORIA PÚBLICA

www.dpge.rj.gov.br

## SUMÁRIO

Atos da Defensoria Pública-Geral .....	1
Avisos, Editais e Termos de Contratos .....	1

### Atos da Defensoria Pública-Geral

#### ATOS DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E DO DIRETOR-PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGE/EMOP Nº 124 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

**DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITOS  
ORÇAMENTÁRIOS À EMOP, NA FORMA QUE  
ESPECIFICA.**

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E O DIRETOR-PRESIDENTE DA  
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS - EMOP**, no uso das atribuições legais,  
de acordo com a Lei Estadual nº 7.844 de 10 de janeiro de 2018, que estima  
a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de  
2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a  
Programação Orçamentária e Financeira e estabelece normas para a  
execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2018, o  
Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a  
descentralização de execução de créditos orçamentários, e as Instruções  
Normativas AGE nº 24, de 10 de setembro de 2013, com as alterações da  
AGE nº 25, de 31 de janeiro de 2014,

#### RESOLVEM:

**Art. 1º** - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a  
seguir especificada:

**I - DO OBJETO:** Estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas  
e administrativas para elaboração de projeto executivo de arquitetura,

projetos complementares - básico e executivo (estrutura, instalações  
prediais / especiais e pavimentação / paisagismo / iluminação), incluindo  
aprovações nos órgãos competentes (Prefeitura e Concessionárias),  
licença ambiental, orçamento detalhado e planejamento da obra, visando a  
construção de edificação com a finalidade de abrigar a Defensoria Pública  
de Campos dos Goytacazes, observando-se as legislações e normas  
específicas vigentes no Município de Campos dos Goytacazes, no Estado  
do Rio de Janeiro e legislação nacional.

**II - VIGÊNCIA:** Início: 15/03/2018 - Término: 01/10/2018.

#### III - DE/Concedente:

**UO: 1161** - Fundo Especial da Defensoria Pública Estado Rio de Janeiro  
-FUNDPERJ.

**UG: 116100**- Fundo Especial da Defensoria Pública Estado Rio de Janeiro  
- FUNDPERJ.

#### IV - PARA/Executante:

**UO: 0751**- Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro -  
EMOP

**UG: 045200**-- Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro -  
EMOP

**V - CRÉDITO:** PT: 1161.03.092.0050.5470- Apoio à Expansão Imobiliária  
da Defensoria Pública pelo FUNDPERJ.

Natureza Despesa	daFonte	Mês	Valor	ANO
4.4.90.51	230	Março	316.625,42	2018

**Art. 2º** - O executante se obriga a prestar contas dos recursos  
descentralizados em conformidade com o art. 12, do Decreto nº 42.436,  
de 30/04/2010, a contar do término da vigência desta Resolução Conjunta, em  
atendimento às disposições contidas no art. 5º, da Instrução Normativa  
AGE nº 24, de 10/09/2013 e alterações pela Instrução Normativa AGE nº  
25, de 31/01/2014.

**Art. 3º** - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua  
publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de março de 2018.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2018

**ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO**  
Defensor Público-Geral

**PAULO ALEXANDRE MARTINS REIS**  
Diretor Presidente da EMOP

#### RESOLUÇÃO CONJUNTA DPGE/EMOP Nº 125 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

**DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITOS  
ORÇAMENTÁRIOS À EMOP NA FORMA QUE  
ESPECIFICA.**

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E O DIRETOR-PRESIDENTE DA  
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS - EMOP**, no uso das atribuições legais,  
de acordo com a Lei Estadual nº 7.844 de 10 de janeiro de 2018, que estima  
a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de  
2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a  
Programação Orçamentária e Financeira e estabelece normas para a  
execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2018, o  
Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a  
descentralização de execução de créditos orçamentários, e as Instruções  
Normativas AGE nº 24, de 10 de setembro de 2013, com as alterações da  
AGE nº 25, de 31 de janeiro de 2014,

#### RESOLVEM:

**Art. 1º** - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a  
seguir especificada:

**I - DO OBJETO:** Estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas  
e administrativas para elaboração de projeto executivo de arquitetura,  
projetos complementares - básico e executivo (estrutura, instalações  
prediais / especiais), incluindo aprovações nos órgãos competentes  
(Prefeitura e Concessionárias), licença ambiental, orçamento detalhado e  
planejamento da obra, visando a construção de edificação com a finalidade  
de abrigar a Defensoria Pública de Santa Cruz, observando-se as  
legislações e normas específicas vigentes no Município, no Estado do Rio  
de Janeiro e legislação nacional.

**II - VIGÊNCIA:** Início: 15/03/2018 - Término: 01/10/2018.

#### III - DE/Concedente:

**UO: 1161**-Fundo Especial da DPGE/RJ- FUNDPERJ.

**UG: 116100**-Fundo Especial da DPGE/RJ -FUNDPERJ.

#### IV - PARA/Executante:

**UO: 0751** - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro -  
EMOP.

**UG: 045200** - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro -  
EMOP.

**V - CRÉDITO:** PT: 1161.03.092.0050.5470- Apoio à Expansão Imobiliária  
da Defensoria Pública pelo FUNDPERJ.

Natureza Despesa	daFonte	Mês	Valor	ANO
4.4.90.51	230	Março	334.578,53	2018

**Art. 2º** - O executante se obriga a prestar contas dos recursos  
descentralizados em conformidade com o art. 12, do Decreto nº 42.436,  
de 30/04/2010, a contar do término da vigência desta Resolução Conjunta, em  
atendimento às disposições contidas no art. 5º, da Instrução Normativa  
AGE nº 24, de 10/09/2013 e alterações pela Instrução Normativa AGE nº  
25, de 31/01/2014.

**Art. 3º** - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua  
publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de março de 2018.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2018

**ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO**  
Defensor Público-Geral

**PAULO ALEXANDRE MARTINS REIS**  
Diretor Presidente da EMOP

Id: 2091219

#### ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

#### RESOLUÇÃO DPGE Nº 923 DE 06 DE MARÇO DE 2018

**ALTERA A RESOLUÇÃO DPGE Nº 893, DE 29 DE  
AGOSTO DE 2017, ESPECIFICAMENTE O ART.  
11, QUE ESTABELECE O PRAZO DE  
PERMANÊNCIA DO ALUNO RESIDENTE NO  
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO.**

**O DEFENSOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de  
suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Resolução DPGE nº  
893/2017,

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica alterado o art. 11 da Resolução nº 893/2017, que passa a  
vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11- O aluno-residente poderá permanecer no Programa por  
até 3 (três) anos.”

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2018

**ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO**  
Defensor Público-Geral do Estado

Id: 2090900

#### DESPACHO DA SECRETÁRIA GERAL DE 06/03/2018

**PROCESSO Nº E-20/001/248/2017 - CONSIDERANDO** a adjudicação dos  
itens 01, 02, 06 e 07 à Empresa LUZCOLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
LTDA, perfazendo o valor total de R\$ 47.198,00 (quarenta e sete mil cento  
e noventa e oito reais); itens 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, e  
24 à Empresa ROS RIO MATERIAL DE COMÉRCIO LTDA EPP,  
perfazendo o valor total de R\$ 2.531,70 (dois mil quinhentos e trinta e um  
reais e setenta centavos). Salientando que os itens 03, 04, 05, 08, 09, 21 e  
25 restaram FRACASSADOS, e o item 10 DESERTO. Conforme disposto  
nas Atas do Pregão, HOMOLOGO a Licitação por PREGÃO ELETRÔNICO  
DPRJ nº 042/17, cujo objeto é o registro de preço para a aquisição de tintas  
e materiais de pintura.

Id: 2090429

### Avisos, Editais e Termos de Contratos

#### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

#### EXTRATOS DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS

**INSTRUMENTO:** Ata de Registro de Preços nº 014/2018.

**PARTES:** DPRJ e CONSERTEC JUNQUEIRA S REFRIGERAÇÃO  
LTDA.

**OBJETO:** Aquisição de condicionadores de ar.

**DATA DA ASSINATURA:** 07/03/2018.

**PRazo:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da ata  
no D.O.

**GESTOR DA ATA:** LUIZ HENRIQUE AMPUERO DA SILVA,  
matricula:3094782-4.

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-20/001/2265/2017.

ITEM	CÓDIGO SIGA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	4120.001.0146	20	1.300,00	26.000,00

**INSTRUMENTO:** Ata de Registro de Preços nº 015/2018.

**PARTES:** DPRJ e VIXNU COMÉRCIO LTDA - EPP.

**OBJETO:** Aquisição de condicionadores de ar.

**DATA DA ASSINATURA:** 07/03/2018.

**PRazo:** 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da ata  
no D.O.

**GESTOR DA ATA:** LUIZ HENRIQUE AMPUERO DA SILVA,  
matricula:3094782-4.

**FUNDAMENTO:** Processo nº E-20/001/2265/2017.

ITEM	CÓDIGO SIGA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	4120.001.0199	40	1.928,88	77.155,20
04	4120.001.0142	40	2.422,00	96.880,00
05	4120.001.0157	40	3.490,00	139.600,00

Id: 2090852

#### COMISSÃO DE PREGÃO

#### AVISO

**A COMISSÃO DE PREGÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO** - DPRJ torna público que fará realizar no Portal do  
SIGA (www.compras.rj.gov.br), a licitação abaixo mencionada:

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2018

**TIPO:** Menor Preço Global

**OBJETO:** Prestação de serviço de encadernação de Diários Oficiais Poder  
Executivo (parte 1) a

**DATA DA ABERTURA DA SESSÃO:** 26/03/2018, às 14:00 h.

**DATA DE INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 26/03/2018, às 14:05 h.

**LOCAL:** www.compras.rj.gov.br

**Nº DA LICITAÇÃO NO PORTAL:** DPRJ PE Nº 007/18

**PROCESSO Nº:** E-20/001/2629/2017

O edital e seus respectivos anexos encontram-se disponíveis nos  
endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br ou www.defensoria.rj.def.br,  
podendo ser obtida uma via impressa, alternativamente, na Av. Marechal  
Câmara, nº314 -3º andar - Centro/RJ, mediante a entrega de uma resma de  
papel A4, branco, 210x297mm.

Id: 2090452



**AGETRANSP**

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,  
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**OUVIDORIA**  
**0800 285 9796**  
Barcas, Metrô, Trem e Rodovias Estaduais Pedagiadas

ouvidoria@agetransp.rj.gov.br  
www.agetransp.rj.gov.br



www.facebook.com/agetransprj  
www.twitter.com/agetransp



## EXPEDIENTE

**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO RIO DE JANEIRO**

RODRIGO BAPTISTA PACHECO

**1ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

MARCELO LEÃO ALVES

**2ª SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO**

PALOMA ARAÚJO LAMEGO

**ASSESSORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

MARINA LOWENKRON DE MARTINO TOSTES

**ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO SOCIAL**

MARIA CARMEN FERREIRA LEITE MIRANDA DE SA

**ASSESSORIA JURÍDICA**

PAULA ANDRESSA FERNANDES BENETTE

**CHEFIA DE GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO**

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

**COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA**

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

**COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO**

ISABELA MONTEIRO MENEZES

**CORREGEDORIA-GERAL**

KATIA VARELA MELLO

**DIRETORIA-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**

JOSE AUGUSTO GARCIA DE SOUSA

**OUVIDORIA-GERAL**

GUILHERME PIMENTEL SPREAFICO BRAGA

**ASSESSORIA DA COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO**

LUIS HENRIQUE LINHARES ZOUERIN

DENISE FIREMAND OLIVEIRA

**ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-GERAL**

SONIA MARIA ARRUDA GONÇALVES NUNES

ALESSANDRA PINTO FERNANDES

MARIANA DA ROCHA VIEGAS

**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS**

CAROLINA DE SOUZA CRESPO ANASTACIO

**DIRETORIA DE CAPACITAÇÃO**

ADRIANA SILVA DE BRITTO

**SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

MARLON VINÍCIUS DE SOUZA BARCELLOS

**SECRETARIA DE ENGENHARIA**

LUCIENE TORRES PEREIRA

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

LEANDRO SANTIAGO MORETTI

**SECRETARIA DE LOGÍSTICA**

VIVIANE ALÓ DRUMMOND PEREIRA DA CUNHA

**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

JULIA CHAVES DE FIGUEIREDO

**SUBCORREGEDORIA-GERAL**

SIMONE MARIA SOARES MENDES

## SUMÁRIO

- 2 DEFENSOR PÚBLICO GERAL - DPGE
- 6 SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SECOF
- 6 COORDENAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO - COMOV
- 7 COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA - COERJ

## ACESSE NOSSOS CANAIS

[www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br)

21 97131-4942

[/defensoriapublicariodejaneiro](https://www.facebook.com/defensoriapublicariodejaneiro)

Sede: 21 2332-6224

[/defensoria.rj](https://www.instagram.com/defensoria.rj)[www.defensoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line](http://www.defensoria.rj.def.br/cidadao/atendimento-on-line)[/ascomdpgerj](https://www.youtube.com/ascomdpgerj)

0800 282 2279



## Defensor Público Geral - DPGE

### Resolução

| De 23.03.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.000715/2021

### **RESOLUÇÃO DPGERJ Nº 1083 DE 17 DE MARÇO DE 2021**

#### **REGULAMENTA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO DPGE Nº 808, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

**O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 4º e 8º, I e XXIII, da Lei Complementar Estadual nº 06/1977,

#### **CONSIDERANDO**

- a necessidade de incentivar o aprofundamento dos estudos sobre a política de assistência jurídica integral e gratuita às pessoas hipossuficientes;
- a primordialidade de disseminar a visão técnico-jurídica de defesa na comunidade acadêmica e jurídica;
- a magnitude de aproximar e aguçar o interesse de profissionais na área do Direito para a função elementar da assistência jurídica integral e gratuita às pessoas hipossuficientes;
- a instituição do programa de residência jurídica no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Resolução DPGE nº 808/2016 e a necessidade de aprimoramento da sua regulamentação;
- o constante dos autos do processo nº E-20/001.000715/2021,

#### **RESOLVE:**

#### **DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** - A Residência Jurídica é um programa de pós-graduação *lato sensu* oferecido pelo Centro de Estudos Jurídicos sob a forma de especialização, destinado a bacharéis em Direito, e que tem por objetivo proporcionar formação teórica e

prática avançadas no campo do Direito e Defensoria Pública.

**Art. 2º** - A residência jurídica abrange atividades de ensino, pesquisa e extensão, sob a supervisão da Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica e com orientação acadêmica do Centro de Estudos Jurídicos, não ensejando vínculo empregatício com a Administração Pública.

#### **DA ADMISSÃO**

**Art. 3º** - As alunas e alunos-residentes serão admitidas/os mediante exame de seleção, que consistirá em Prova discursiva e/ou objetiva.

**Art. 4º** - O exame de seleção será regido por edital publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado, no qual constarão o número de vagas oferecidas e o conteúdo programático das disciplinas avaliadas.

§ 1º - A Banca responsável pelo Exame de Seleção será designada pela Comissão de Concurso e publicada no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública.

§ 2º - No preenchimento das vagas, será observado o disposto nas Leis Estaduais nº 2.298/1994, 6.067/2011 e 7747/2017 que tratam da reserva de vagas para negros, índios, pessoas com deficiência e pessoas hipossuficientes que facultativamente declarem tal condição no momento da inscrição provisória.

**Art. 5º** - É vedada a acumulação da função de aluna/o-residente com cargo, emprego ou função pública remunerada.

#### **DAS ATIVIDADES**

**Art. 6º** - As/os alunas/os-residentes assistirão a aulas e palestras, bem como receberão orientações teóricas e práticas sobre as diversas áreas de atuação da Defensoria Pública, exercendo atividades de apoio aos Defensores Públicos do Estado, tais como pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, preparando minutas de ofícios, relatórios, petições e outras peças, além de auxiliar no atendimento à população, quando necessário.

Parágrafo único - As/os alunas/os-residentes serão designados para exercer suas atividades práticas nos órgãos de atuação da Defensoria Pública, conforme disponibilidade de vagas.

**Art. 7º** - As/os alunas/os-residentes não poderão exercer atividades privativas de Defensora Pública ou Defensor Público (Lei Complementar nº 80/94, art. 4º, §10).

**Art. 8º** - A/o aluna/o-residente deverá cumprir carga semanal de 28 (vinte e oito) horas, assim compreendida: 20 (vinte) horas de atividades práticas e, no mínimo, 8 (oito) horas de atividades teóricas.







§1º - A frequência referente às atividades práticas desenvolvidas pela/o aluna/o-residente, bem como sua avaliação (art. 13), deverão ser enviadas mensalmente pelo/a Defensor/a Público/a supervisor/a ou a quem ele delegar essa função, através de sistema próprio e até a data estabelecida pela Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica.

§2º - A assiduidade da/o aluna/o-residente às aulas teóricas é considerada para efeito de pagamento da bolsa-auxílio, devendo ser descontadas proporcionalmente do valor da bolsa auxílio as aulas não assistidas.

§3º - As atividades teóricas ocorrerão preferencialmente na forma de ensino à distância e serão definidas pelo Centro de Estudos Jurídicos.

§4º - A/o aluna/o-residente terá até 60 (sessenta) dias para assistir as aulas teóricas, contados da data que forem disponibilizadas.

**Art. 9º.** - Para obter o título de pós-graduação *lato sensu* em Direito disposto neste Programa de Residência Jurídica, a/o Residente Jurídico deverá permanecer 3 (três) anos no programa, período dentro do qual cumprirá a carga horária de atividades acadêmicas divididas em módulos temáticos, observadas as diretrizes do Ministério da Educação, além de frequentar e realizar regularmente as atividades práticas, e apresentar trabalho de conclusão de curso.

Parágrafo único - A estrutura dos módulos, a carga horária e frequência das aulas, os métodos de avaliação do aproveitamento, o trabalho de conclusão de curso e demais aspectos acadêmicos serão definidos pelo CEJUR.

**Art. 10** – A/o aluna/o-residente fará jus a bolsa-auxílio mensal em valor a ser definido em ato do/a Defensor/a Público/a Geral.

Parágrafo único - Na hipótese de extinção do Programa de Residência Jurídica ou de desligamento da/o residente, este receberá a bolsa-auxílio, proporcionalmente, até a data fixada para o encerramento das atividades ou até a data do desligamento, respectivamente.

**Art. 11-** A/o aluna/o-residente poderá permanecer no Programa por até 3 (três) anos.

**Art. 12** - O recesso da/o aluna/o-residente será de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

### DA AVALIAÇÃO

**Art. 13** – A/o aluna/o-residente será avaliada/o pelo/a Defensor/a Público/a Supervisor/a, que lhe atribuirá nota de 0 (zero) a 10 (dez), apreciando os seguintes critérios:

I – interesse;

II – aproveitamento;

III – zelo;

IV – disciplina.

### DA REMOÇÃO

**Art. 14** – Na hipótese de vacância em órgão de atuação, a vaga correspondente será disponibilizada às/aos alunas/os-residentes em atuação na respectiva Região e preenchida de acordo com a ordem de classificação no concurso.

§ 1º - Não havendo pessoas interessadas, será convocada/o, observada a classificação no certame, a/o candidata/o aprovada/o constante da listagem de reserva de vaga.

§ 2º - Quando o disposto no § 1º não for suficiente para suprir a vaga existente, poderá a Coordenação de Estágio e Residência Jurídica oferecer a vaga às/aos candidatas/os lotadas/os em outras regiões do concurso.

§ 3º - A/o aluna/o-residente que se remover não poderá concorrer a outra remoção em prazo inferior a 1 (um) ano.

**Art. 15** – A/o aluna/o-residente que for removida/o permanecerá em exercício no órgão de atuação até a expedição do ato de remoção.

**Art. 16** – A remoção de ofício se fará a critério da Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica, por conveniência de aprendizado e treinamento profissional ou em razão de necessidades e interesses institucionais.

### DA PERMUTA

**Art. 17** – A permuta, salvo em casos excepcionais a critério da Coordenação Geral de Estágio e Residência Jurídica, só poderá ser concedida após 6 (seis) meses de atividades no órgão para o qual foi originariamente designada/o a/o aluna/o-residente e deverá vir acompanhada da ciência prévia das/os Defensoras/es Públicas/os supervisoras/es.

**Art. 18** - Na hipótese de permuta, a/o aluna/o-residente deverá permanecer no Programa por, no mínimo, 3 (três) meses, sob pena de revogação do ato.

### DA LICENÇA

**Art. 19** – Poderá a/o aluna/o-residente ausentar-se, sem que acarrete desconto na bolsa-auxílio, nos seguintes casos:

I – licença médica por um período máximo de 15 (quinze) dias corridos ou intercalados, a cada 6 (seis) meses, desde que apresentado à Coordenação Geral de Estágio e Residência Jurídica atestado médico, no qual conste o Código Internacional de Doenças (CID), bem como os dias de afastamento;



II – por 8 (oito) dias consecutivos, em razão do falecimento de cônjuge ou companheira/o, de pai ou mãe, madrastra ou padrasto, irmã/ão, filha/o ou enteada/o;

III – pelo dobro de dias de convocação, em virtude de requisição da Justiça Eleitoral durante o período de eleição;

IV – por 1 (um) dia, para doação de sangue.

§ 1º - Na hipótese de licença médica por prazo superior a 15 (quinze) dias, serão suspensas as atividades da/o aluna/o-residente, com a consequente suspensão do pagamento da bolsa-auxílio, até que retorne as suas atividades normais.

§ 2º - Nas hipóteses dos incisos II, III, IV, a comprovação será feita mediante entrega à Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica de documento próprio, conforme o caso.

**Art. 20** - O programa de residência jurídica poderá ser suspenso pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do parto, com a suspensão do pagamento da bolsa-auxílio, garantido à aluna-residente o retorno ao programa depois de encerrada a suspensão.

**Art. 21** - O Programa de Residência Jurídica não está sujeito às normas do Regime Geral de Previdência Social.

#### DO DESLIGAMENTO

**Art. 22** - Serão desligadas/os do programa as/os alunas/os-residentes que assim solicitarem ou aqueles que:

I – não tiverem a frequência exigida nas atividades práticas e teóricas;

II – tiverem desempenho insuficiente;

III – tiverem conduta ou praticarem ato incompatível com o zelo e a disciplina e com o exercício de suas funções de modo geral;

IV – descumprirem o presente Regulamento e as demais normas que lhes sejam aplicáveis.

**Art. 23** - Será desligada/o a/o aluna/o-residente que apresentar 3 (três) ou mais faltas em um mês civil, não justificadas, nas atividades práticas ou sofrer 3 (três) descontos sucessivos em sua bolsa-auxílio por não cumprir a carga horária teórica.

§ 1º - O pedido de justificativa de ausência deverá ser apresentado à Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica, com os comprovantes respectivos.

§ 2º - Os dias de ausência não justificados serão

descontados proporcionalmente no valor da bolsa-auxílio.

**Art. 24** - Considera-se insuficiente o desempenho da/o aluna/o-residente que:

I – em 3 (três) avaliações, consecutivas ou não, apresentar avaliações com notas inferiores a 7 (sete);

II – em 2 (duas) avaliações consecutivas, apresentar nota igual ou inferior a 5 (cinco).

**Art. 25** - As hipóteses dos incisos II, III e IV do art. 22 serão configuradas mediante declaração por escrito do/a Defensor/a Público/a supervisor/a, encaminhada à Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica que, observado o contraditório, decidirá pelo desligamento imediato da/o aluna/o-residente ou por seu aproveitamento sob a orientação de outro/a Defensor/a Público/a, conforme a gravidade da conduta.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 26** - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral de Estágio Forense e Residência Jurídica.

**Art. 27** - Fica revogada a Resolução DPGE nº 893/2017.

**Art. 28** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2021.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

**\*REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**  
**DAS PUBLICAÇÕES DOS DIAS 22 DE MARÇO E 23 DE**  
**MARÇO.**

Id: 202100488 - Protocolo: 0552262

**Referência:** Processo nº E-20/001.001452/2021

**RESOLUÇÃO DPGERJ Nº 1087 DE 23 DE MARÇO DE 2021**

**REGULA O TRABALHO  
DURANTE OS PLANTÕES EM  
DIAS NÃO ÚTEIS E NAS  
ATIVIDADES  
EXTRAORDINÁRIAS DOS  
SERVIDORES DA  
DEFENSORIA PÚBLICA**





**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO**, no exercício de suas atribuições legais, nos termos do art. 8º, I da Lei Complementar Estadual nº 06/77, e do art. 100 da Lei Complementar nº 80/94,

**CONSIDERANDO:**

- a necessidade de regulamentar, de modo uniforme, o trabalho durante os plantões e as atividades extraordinárias realizadas em dias não úteis pelos servidores;

- que a Defensoria Pública goza de autonomia administrativa, nos exatos termos do disposto no §2º do art. 134 da Constituição da República e no §1º do art. 179 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, bem como nos termos do art. 97-A da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009, e do art. 4º da Lei Complementar do Estado do Rio de Janeiro nº 6, de 12 de maio de 1977, com redação dada pela Lei Complementar nº 169, de 13 de janeiro de 2016;

- que os servidores são essenciais ao funcionamento e à qualidade do serviço de assistência jurídica integral e gratuita;

- a necessidade de assegurar transparência e segurança ao servidor da Defensoria Pública, adotando como premissa os bons exemplos praticados por instituições congêneres;

- o constante dos autos do processo nº E-20/001.001452/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Esta resolução destina-se a regulamentar o trabalho exercido pelos(as) servidores(as) públicos(as) designados para atuarem nos plantões e nas atividades extraordinárias em dias não úteis ou fora do horário de expediente dos servidores, bem como a forma de sua designação e a forma de recebimento da respectiva diária ou gratificação.

**Art. 2º** - As horas de serviço prestadas pelos servidores designados para atuarem nos plantões e nas atividades extraordinárias realizados em dias não úteis não serão consideradas no cálculo da jornada de trabalho.

**§1º** - Considera-se plantão os serviços realizados, nos dias não úteis e recesso forense, perante órgãos da Defensoria Pública, vinculados ou não ao Poder Judiciário.

**§2º** - Considera-se atividade extraordinária, toda e qualquer atividade exercida pelo servidor, por meio de designação, em dia não útil ou fora de horário de expediente do servidor, ou exercido em ações sociais realizadas em dias não úteis ou fora do horário de expediente do servidor, cujos projetos criados pela Coordenação Geral de Programas Institucionais são executados junto a comunidades no Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 3º** - A realização das atividades descritas no art. 2º autorizam a percepção de diária consistente no pagamento de uma gratificação, cujo valor será fixado em ato do Defensor Público Geral.

**Parágrafo único** - O pedido de pagamento da gratificação deverá ser requerido pelo servidor em processo próprio no SEI, anexando o ato de designação e declaração do Defensor Público indicando a sua participação.

**Art. 4º** - A designação dos servidores para atuação nos plantões e nas atividades extraordinárias de que trata o artigo 1º será feita da seguinte forma:

**I** – nos plantões judiciais realizados na Baixada Fluminense e no interior, os servidores serão designados acompanhando a escala do órgão judiciário de plantão, conforme mapa de plantão publicado pela Coordenação de Movimentação;

**II** – nos plantões judiciais diurnos da capital, no período do recesso forense, e no plantão noturno, excepcionalmente, de acordo com a listagem dos inscritos em edital próprio;

**III** – nos plantões em dias não úteis da CRC, de acordo com a listagem definida pela Coordenação da CRC;

**IV** – nos plantões da custódia, de acordo com a listagem dos inscritos em edital próprio;

**V** – nas ações sociais, de acordo com a listagem de inscritos em edital próprio e pelos supervisores, por meio de designação da Coordenação Geral de Programas Institucionais, para a função específica.

**§1º** - Os servidores lotados nos órgãos de plantão diurno ou noturno não fazem jus ao recebimento da gratificação.

**§2º** – Na hipótese do inciso I, em caso de inexistência de servidor no órgão designado para o plantão, ou na hipótese de o servidor estar em gozo de férias ou licença, caberá aos (as) servidores(as) do(s) Núcleo(s) de Primeiro Atendimento a realização do plantão, e na ausência deles, ao servidor do órgão tabelar.

**§3º** - Na hipótese do parágrafo anterior, existindo mais de um Núcleo de Primeiro Atendimento na Comarca, a escala para atuação será feita em rodízio entre os servidores lotados nos Núcleos de Primeiro Atendimento existentes, a começar pelo servidor mais novo na carreira.

**§4º** - Na hipótese de existência de mais de um servidor lotado no órgão do plantão, a escala para atuação será feita em rodízio, a começar pelo mais novo na carreira.

**Art. 5º** - Os servidores escalados para as



atividades extraordinárias poderão transferir o plantão a outro servidor ou permutar entre si, desde que a comunicação seja previamente dirigida ao NULOT com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

**Art. 6º** - Os servidores que atuam nas ações sociais poderão trabalhar presencial ou remotamente, a depender do formato definido para Coordenação Geral de Programas Institucionais.

**Art. 7º** - Revoga-se o disposto no art. 6º da Resolução 897 de 3 de outubro de 2017.

**Art. 8º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2021.

**RODRIGO BAPTISTA PACHECO**

Defensor Público-Geral do Estado

Id: 202100490 - Protocolo: 0552287

## Aviso Geral

| De 23.03.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.000284/2021

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, tendo em vista o constante nos autos dos processos nº E-20/001.002293/2020, nº E-20/001.005378/2020, nº E-20/001.000284/2021 e E-20/001.000290/2021 (processos de acompanhamento da retomada das atividades presenciais nas sedes da Defensoria Pública), bem como o disposto no Despacho Decisório 459 (0551425), **faz saber que o Comitê de Gestão de Crise deliberou e decidiu REGREDIR PARA A FASE 1 na Comarca de Teresópolis, entre os dias 23 de março de 2021 e 30 de abril de 2021.**

Id: 202100487 - Protocolo: 0551529

**Referência:** Processo nº E-20/001.000284/2021

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, tendo em vista o constante nos autos dos processos nº E-20/001.002293/2020, nº E-20/001.005378/2020, nº E-20/001.000284/2021 e E-20/001.000290/2021 (processos de acompanhamento da retomada das atividades presenciais nas sedes da Defensoria Pública), bem como o disposto no Despacho Decisório 468 (0552179), **faz saber que o Comitê de Gestão de Crise deliberou e, por maioria, decidiu REGREDIR PARA A FASE 1 na Comarca de Paracambi, entre os dias 24 de março de 2021 e 30 de abril de 2021.**

Id: 202100491 - Protocolo: 0552196

## Secretaria de Orçamento e Finanças - SECOF

### Ato de Reconhecimento de Dívida

| De 23.03.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.001917/2021

**Reconheço a dívida** no valor de **R\$ R\$ 4.900.000,00** (quatro milhões novecentos mil reais), em favor da empresa **Inteligência Artificial Tecnologia e Refrigeração Eireli, CNPJ 01.579.387/0001-45**, referente ao 5º Termo de Ajuste de Contas do contrato 022/2015, publicado em 15 de março de 2021, e **revogo o Ato de Reconhecimento de Dívida** em favor da empresa **Investiplan Computadores e Sistemas de Refrigeração LTDA**, publicado no Diário Oficial Eletrônico da DPRJ, no dia 23 de março de 2021, página 08, Id: 202100472 - Protocolo: 0549827.

Id: 202100486 - Protocolo: 0551813

## Coordenação de Movimentação - COMOV

### Ato de Deferimento

| De 22.03.2021

**Referência:** Processo nº E-20/10762/2000 - Interessado(a): JUDITH REGIS MOREIRA ROCHA, matrícula: 8527780

Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** o pedido de renúncia ao gozo de férias no mês de JUNHO de 2021, e excluo a requerente da tabela.

Id: 202100489 - Protocolo: 0551548

| De 23.03.2021

**Referência:** Processo nº E-20/11825/2006 - Interessado(a): DANIELLA ANDRADE GIRARDI, matrícula: 8967143

Nos termos do Requerimento 0526257, a Defensora Pública **DANIELLA ANDRADE GIRARDI**, hoje em licença aleitamento, pleiteou **"o gozo de 2 meses de férias antigas para o período de 15 de maio até 14 de julho de 2021"**.

Considerando a incidência do art. 14 da Resolução n. 895/17, assim como a indicação das Defensoras Públicas **ALICE DE MIRANDA FRAZÃO** (concordância em documento 0551964) e **DANIELE FERNANDES RIBAS GIOVANNINI** (concordância em







documento 0552174) que acumularão "o órgão de atuação do requerente no decurso do afastamento" (art. 23 da Resolução), **DEFIRO o pedido de gozo de 2 meses de férias antigas para o período de 15 de maio até 14 de julho de 2021.**

LUÍS HENRIQUE LINHARES ZOUERIN

DEFENSOR PÚBLICO / MAT. 3095002-6

ASSESSORIA DA COMOV

Id: 202100489 - Protocolo: 0552215

**Referência:** Processo nº E-20/10931/2001 - Interessado(a): MARIA GORETI RAMOS RODRIGUES, matrícula: 8363624

Considerando a titularidade da Interessada, bem como a ausência de dificuldades na elaboração do mapa de movimentação, além da ausência de prejuízo para o serviço público, notadamente em razão da indicação e concordância expressa de quem acumulará o órgão, **DEFIRO** o gozo de férias antigas no período de 16.08.2021 a 15.09.2021.

Id: 202100489 - Protocolo: 0552037

**Referência:** Processo nº E-20/10995/2005 - Interessado(a): DENIS DE OLIVEIRA PRAÇA, matrícula: 8773681

Considerando a necessidade de Defensores Públicos no desempenho das funções institucionais, **ACOLHO** o pedido de renúncia ao gozo de férias no mês de JUNHO de 2021, e excluo o requerente da tabela.

Id: 202100489 - Protocolo: 0552021

hipossuficientes e portadores de necessidades especiais, que necessitariam fazer a prova presencialmente, **ADIA a prova que se realizaria no próximo dia 28/03/2021 para o dia 18/04/2021.**

Id: 202100484 - Protocolo: 0551791

**Referência:** Processo nº E-20/001.008871/2020

#### 4º CONCURSO PARA RESIDENTES JURÍDICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Coordenação do 4º Concurso para Residência Jurídica, no uso de suas atribuições, faz saber que foram **DEFERIDAS** as seguintes inscrições definitivas no concurso, que por equívoco deixaram de constar da relação publicada no Diário Oficial Eletrônico da DPRJ do dia 19/03/2021:

nº de inscrição	nº de inscrição	nº de inscrição
17671	19484	20615

Id: 202100484 - Protocolo: 0551834

## Coordenação de Estágio e Residência jurídica - COERJ

### Aviso Geral

| De 23.03.2021

**Referência:** Processo nº E-20/001.008871/2020

#### 4º CONCURSO PARA RESIDENTES JURÍDICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Coordenação do 4º Concurso para Residência Jurídica, no uso de suas atribuições, informa que devido as medidas adotadas pelo Estado e Município do Rio de Janeiro para conter a pandemia de COVID-19 e a existência de candidatos

